



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

300
P

1ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL DE Nº 0295471-0

AGRAVANTE: MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

AGRAVADO: WIND POWER ENERGIA S.A (WPE)

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. POSSIBILIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA INAUDITA ALTERA PARS. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO. PREVISÃO DE SEGURO, NO CONTRATO, CONTRA EVENTUAIS SINISTROS. Ocorrência de acidente que resultou em danos ao automóvel. Alegação de excesso de velocidade e consequente agravamento do risco do sinistro. Cobrança de valores referente aos danos ocasionados no veículo. Título levado a protesto. Inexistência da comprovação de excesso de velocidade. Imprudência não verificada. Seguro devido. Dano moral configurado. "QUANTUM" indenizatório mantido. Agravo improvido. Decisão por maioria de votos.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, na forma do voto do relator.

Recife, 12 de março de 2013. (data da lavratura).

DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

305

1ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO DE Nº 0295471-0

AGRAVANTE: MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

AGRAVADO: WIND POWER ENERGIA S.A (WPE)

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **RECURSO DE AGRAVO** interposto por **MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.** em face de decisão terminativa exarada por esta relatoria, que, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil c/c o art. 74, VIII do Regimento Interno Do Tribunal De Justiça Do Estado De Pernambuco, *negou seguimento ao recurso de apelação*, mantendo-se incólume a sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Capital-PE o qual, nos autos da **Ação Declaratória de inexistência de débito, inexigibilidade de título cumulada com indenização por danos morais e pedido de antecipação dos efeitos da tutela inaudita altera pars**, julgou procedente os pedidos contidos na exordial, declarando a inexistência de dívida entre as partes e reconhecendo o dever da agravada de pagar somente as despesas com franquia e diárias da locação e condenando a ora Agravante ao pagamento de R\$5.000,00 à título de danos morais.

Nas **RAZÕES DO RECURSO** o Agravante pugna pela reconsideração da decisão agravada, a fim de que seja dado provimento ao recurso de apelação, sob o argumento de que o caso em análise não poderia ser julgado monocraticamente por esta Relatoria, por não se enquadrar em uma das hipóteses previstas no art. 557 do Código de Processo Civil. Destaca, nesta conjuntura, que o cerne dos presentes autos diz respeito à questão fática e a apreciação de provas, para que se verifique se o autor da demanda agiu de forma imprudente e conduziu, com excesso de velocidade, o veículo locado.

Sustenta ainda em seu agravo que o laudo técnico constatou o excesso de velocidade que deu causa à derrapagem, motivo pelo qual alega, em suma, que o Recorrido agravou o risco da ocorrência do sinistro e, por consequência, ensejou a perda do direito às proteções ofertadas no contrato de locação.

Por fim, destaca que a cobrança realizada em razão das avarias efetuadas no automóvel, objeto da locação, foi perfeitamente legítima e dentro dos limites da legislação pátria e das cláusulas contratadas. Por consequência, salienta que inexistente ato ilícito que enseje qualquer indenização, pelo que deve ser afastada a condenação fixada na r. sentença e confirmada pela r. decisão monocrática.

É o essencial a relatar.

Passo a votar.

Recebo o recurso por preenchidos os pressupostos de admissibilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

302

Ab initio, não vislumbro possibilidade de retratação do julgado desafiado.

Como é cediço a todos, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Com efeito, o artigo 557, do Código de Processo Civil reflete a aplicação do princípio da economia processual, constante do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e visa, como é salutar, desobstruir pautas dos tribunais para que se agilize o julgamento das ações e dos recursos que realmente precisam ser submetidos à apreciação pelo órgão colegiado.

Vejamos o entendimento do STJ neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS DA CEDAE RECLAMANDO FALTA DE JULGAMENTO DO SEU AGRAVO REGIMENTAL. INSURGÊNCIA SUBMETIDA À APRECIÇÃO DA TURMA JULGADORA. RECURSO PREJUDICADO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 557 DO CPC E 34, XI DO RISTJ. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESPROVIDO.

1. O art. 557 do CPC autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior. O art. 34, XI do RISTJ afirma ser atribuição do Relator julgar prejudicado pedido ou recurso que haja perdido o seu objeto.

2. Assim, admissível o julgamento monocrático dos Embargos de Declaração da CEDAE, que se limitavam a alegar ausência de apreciação de seu Agravo Regimental pelo Colegiado, tendo em vista restar prejudicado o pedido, porquanto o referido recurso já fora apreciado pela Turma.

3. Agravo Regimental do Estado do Rio de Janeiro desprovido. (AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 1034735/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2012, DJe 21/08/2012)

Compulsando a Decisão vergastada, é fácil notar que o entendimento expressado por Esta Relatoria, perfeitamente reflete o posicionamento adotado pelas Cortes Superiores, até mesmo porque o ora Agravante apresenta como fundamento de seu apelo, argumentos que facilmente se infirmam pelo próprio desenlace da situação apreciada e da consequente aplicação do bom direito ao caso concreto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

303

À propósito, a decisão vergastada encontrou guarida não só no Código Civil Pátrio, mas também no entendimento esposado por este e. Tribunal e pelos Tribunais Superiores em situações assemelhadas a esta *sub judice*.

Assim, a alegação de que o Relator não poderia julgar monocraticamente o apelo - porque o cerne da situação apresentada nos autos se refere à apreciação das provas - não merece prosperar.

Notadamente, as razões do agravo trazem à tona o resultado da perícia apresentada pela ora Agravante. No entanto, vale destacar que, como restou consolidado na decisão terminativa desafiada, a referida perícia constante nos autos não tem o condão de expor a verdade absoluta do fato em apreço, mormente porque fora produzida unilateralmente, sem propiciar o contraditório da parte Recorrida.

Ademais, a toda evidência, conforme fundamentação da decisão terminativa agravada, as razões de apelo foram motivadamente examinadas e decididas, restando superada a insurgência do Agravante, à luz dos fundamentos constantes no ordenamento jurídico pátrio e também no entendimento predominante do STJ.

Sendo assim, não havendo qualquer fato novo ou relevante a modificar o entendimento estampado na decisão combatida, reporto-me "in totum" à decisão de minha lavra, e que gerou o presente Agravo:

"(...)Bom, a sentença vergastada apresentou relatório bastante elucidativo que bem resume a questão posta em juízo, consoante se observa em trecho em destaque por seu conteúdo esclarecedor:

"(...)Trata-se de ação ordinária ajuizada por Wind Power contra Arrows Viagens, Movida Rent a Car e Trend Fairs Viagens, alegando que os réus emitiram injustamente uma duplicata em nome do autor, levando-a a protesto de modo abusivo, pois tal título de crédito estaria cobrando avarias de carros alugados pela autora, inobstante devidamente segurados contra acidentes.

Em suma, a autora alugou veículos para seus funcionários através das rés, devidamente segurados, mas está sendo cobrado pelo sinistro ocorrido com um dos automóveis em 2010 no vizinho estado da Paraíba, quando o preposto da autora perdeu o controle do carro e provocou o seu tombamento lateral. (...)"

E ainda, no desenvolvimento da decisão:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

304

"(...) não há preliminares e no mérito a controvérsia é saber se o seguro ou proteção do bem pago pelo autor quando da locação do veículo deve cobrir o sinistro descrito na inicial(...)"

Pois bem.

Resumidamente, compulsando ainda o decisum atacado, observo que o Togado Singular fundamentou o seu entendimento, principalmente, na ausência de prova do excesso de velocidade do condutor no momento da derrapagem e da consequente perda controle na condução do veículo, objeto da locação.

Com efeito, outro não poderia ser e entendimento esposado pelo Julgador de Piso, isso à luz do ordenamento jurídico pátrio e nos precedentes judiciais aplicáveis, mutatis mutandis, ao caso concreto.

Nessa conjuntura, explico.

Analisando os autos, observo que a apelada firmou um contrato de locação de veículo, no qual constava a previsão de seguro contra possíveis sinistros ocorridos durante a locação. (...)

Ora, a previsão de uma "franquia de proteção" no contrato de locação de veículos, enseja a cobertura, pelo locatário, dos prejuízos decorrentes dos danos do objeto contratual.

À propósito, a referida franquia segue a lógica dos contratos de seguro, e tem como característica a cobertura dos eventuais danos ocasionados no bem locado, desde que não ocorridos intencionalmente pelo condutor. Em outras palavras, o que se infere é que a equivalência ou não das obrigações fica a cargo da álea (sorte), a qual, em última análise, representa a possível ocorrência ou não do sinistro.

Nada obstante, os apelantes alegam a culpa exclusiva do condutor do veículo, em razão de excesso de velocidade, isso com o intuito de se isentarem do cumprimento da cobertura segurada.

No entanto, mister salientar que a culpa do condutor não restou configurada, apesar das Apelantes terem juntado aos autos laudo pericial, no qual há a alegação de excesso de velocidade. Destaco isso porque, como bem entendeu o Juízo de piso, não há aferição por radar, que é o meio capaz de estabelecer a velocidade utilizada no momento do incidente e, consequentemente, hábil a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

305

caracterização da imprudência do condutor. Nesse sentido, destaco o entendimento do MM Juiz:

"(...) Para averiguar tal excesso se faria necessário uma medição aferida por radar, mas isso não consta nos autos, nem está disponível pelas partes, assim a conclusão é que o motorista, como qualquer cidadão condutor, perdeu o controle do veículo, deu causa a uma derrapagem, e são justamente essas situações que causam os acidentes nas estradas(...)"

Além do mais, a perícia elaborada de forma unilateral não tem o condão de comprovar a imprudência do condutor, notadamente porque não fora realizada por órgão oficial e nem privilegia o contraditório e a ampla defesa da outra parte envolvida no litígio.

Esse é o entendimento deste e. Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme se observa:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. ENERGIA ELÉTRICA. IRREGULARIDADE. PERÍCIA REALIZADA UNILATERALMENTE PELA CONCESSIONÁRIA. NÃO OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

Assim, não havendo comprovação da culpa do condutor, mister zelar pelos termos avençados no pacto contratual. E assim, sendo a hipótese de avarias um fato previsível, e, por consequência, ínsito no risco do negócio, devem as Apelantes arcar com os seus custos, repetindo a previsão contratual.

Nesse sentido, com as devidas adaptações à hipótese em apreço, tem-se o seguinte precedente:

DIREITO CIVIL E CONSUMERISTA- APELAÇÃO CÍVEL- DEMORA NO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO PELA SEGURADORA. RESPONSABILIZAÇÃO EXTRA CONTRATUAL- DANO MATERIAL CONFIGURADO – DANO MORAL. CABIMENTO. ALTERÇÃO DO “QUANTUM” BASEADA NOS CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE - APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE.

1. Não havendo dúvida quanto à vigência do pacto contratual, não se pode afastar a responsabilidade da Seguradora, ora Apelante, pelos custos decorrentes do transporte do veículo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

306

após o sinistro, devendo ressarcir o Apelado no valor comprovadamente despendido para este fim.(...)[grifei]
(Apelação Cível nº 117066-1, TJPE, Relator: Des. Bartolomeu Bueno, data de julgamento: 16/12/2008, 6ª câmara cível, Publicação 47)

No mesmo sentido, manifestam-se os demais Tribunais Pátrios, como se observa a seguir:

RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. AÇÃO REGRESSIVA. PAGAMENTO DA FRANQUIA PELO CAUSADOR DO SINISTRO.

A relação jurídica havida entre seguradora e segurado, no caso de sinistro, grosso modo, dá-se em duas partes: a primeira diz respeito à obrigação do segurado em arcar com as despesas de franquia contratualmente fixadas; a segunda, com a obrigação da seguradora em arcar com os prejuízos havidos em virtude do sinistro(...)[grifei]

(TJRS Apelação Cível nº 70041270414, Relator: Mário Crespo Brum, Data de Julgamento: 28/04/2011, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/05/2011)

Ora, abster-se da obrigação acordada é atitude que contraria a boa-fé contratual e a lealdade das partes, afrontando, assim, o pacta sunt servanda e, conseqüentemente o efetivo cumprimento dos termos firmados no pacto contratual.

Nesse contexto, a cobrança realizada pelos Apelantes em razão das avarias realizadas no automóvel é injusta e contraria o contrato pactuado.

Nessa esteira, a duplicata emitida de forma injustificada levada a protesto ocasionou dano ao Apelante que se viu obrigado a realizar o pagamento e evitar maiores danos às suas atividades profissionais. Os prejuízos morais são latentes e dão causa à indenização pleiteada.

O ilícito é evidente, notadamente em razão da ausência de causa subjacente que embase, efetivamente, a emissão do referido título.

A jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça de Pernambuco é, inclusive, assente no sentido de que o protesto indevido, por si só, gera dano moral, por macular a honra do indivíduo, senão vejamos:



304

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TÍTULO COMPROVADAMENTE QUITADO. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO CABÍVEL. REDUÇÃO DO MONTANTE FIXADO NA SENTENÇA. 1-Se o autor pagou o título e, mesmo assim, foi surpreendido pelo protesto indevido, com a inclusão do seu nome nos cadastros de restrição ao crédito, surge a obrigação de indenizar. 2-A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos casos de inscrição indevida no cadastro de inadimplentes, considera presumido o dano moral.(...)(TJPE. Apelação Cível Nº 176289-8 - Relator Acórdão: Antônio Carlos Alves da Silva - Data Julg. 4/3/2009.)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DISTRIBUÍDA POR DEPENDÊNCIA DA AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. APONTE A PROTESTO DE DUPLICATA MERCANTIL SUSTADO POR FORÇA DE LIMINAR CONCEDIDA NOS AUTOS DO PROCESSO CAUTELAR. INDENIZAÇÃO EM DANOS MORAIS. CABIMENTO. APELO NÃO PROVIDO. 1. Os precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal Justiça convergem no sentido de que o protesto injustificado importa, por si só, em prejuízo. 2. Em sendo o protesto sustado com antecedência, por força de medida liminar concedida nos autos do processo cautelar, igualmente há direito a indenização, porquanto o simples apontamento do título traz, em si, uma carga de nocividade, a par de exigir da pessoa jurídica uma série de providências administrativas urgentes para evitar o pior. (REsp 802645/RS). (...)(TJPE. Apelação 160239-1. Número de Origem 0400044520. Relator Eduardo Augusto Paura Peres. Revisor Antônio Fernando de Araújo Martins. Órgão Julgador 6ª Câmara Cível. Data de Julgamento 10/3/2009).

Na mesma linha, o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXISTÊNCIA DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. SUSPENSÃO DO PROCESSO.DESNECESSIDADE. LEGITIMIDADE. PROTESTO INDEVIDO. ENDOSSO TRANSLATIVO. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. CONDUTA NEGLIGENTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



208

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DO CASO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.PRECEDENTES.

(...)

3. A jurisprudência desta Corte se posicionou no sentido de que o protesto indevido caracteriza o dano moral e de que "o banco que recebe duplicata de origem irregular, mediante endosso translativo, responde pelos danos decorrentes do protesto indevido" (AgRg no Ag 1.165.782/SP, Relator o Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 7/10/2009).

(...)

5. A jurisprudência desta Corte é firme quanto à desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio protesto indevido, operando-se in re ipsa.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(EDcl no Ag 1379514/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 03/10/2011)

Nesse aspecto, cumpre salientar que a fixação do quantum indenizatório deve atender aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade ao caso concreto.

Assim, vislumbrando tais parâmetros, o MM juiz "a quo" fixou a indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor adequado ao caso sub judice, motivo pelo qual o mantenho em todos os seus aspectos.

Vale mencionar, inclusive, que o valor fixado pelo Magistrado de base, encontra-se em consonância com a média normalmente adotada por esta e. Corte de justiça, como se verifica no aresto que se segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. UTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS POR TERCEIRO, MEDIANTE FRAUDE. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ORGAO DE RESTRIÇÃO AO CREDITO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATQRIO. MAIORAÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISAO UNANIME.

(...)

3. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. MAJORAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA, DE R\$ 3.000,00 PARA R\$ 5.000,00 PORQUANTO O VALOR



309

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

ORIGINALMENTE FIXADO SE MOSTRA EXCESSIVAMENTE BAIXO, SE OBSERVADO O CARÁTER COMPENSATÓRIO QUANTO AO DANO SOFRIDO PELO AUTOR E SANCIONATÓRIO, VISANDO DESESTIMULAR NOVOS CASOS SEMELHANTES.

4. MANUTENÇÃO DO PERCENTUAL DA VERBA HONORÁRIA, ARBITRADO 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, PORQUE COMPATÍVEL COM A COMPLEXIDADE DA LIDE, O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO. (CPC - ART. 20, § 3º).

5. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DA PRESENTE DECISÃO NÃO RESULTA VIOLAÇÃO OU NEGATIVA DE VIGÊNCIA AOS ARTS. 5º, X, DA CF; 186 E 927 DO CC; 20 E 259 DO CPC.

(Apelação Cível nº 244863-9, 3ª Câmara Cível, Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Rel. Eduardo Sertório,)

Dessa forma, torna-se desnecessário o prolongamento acerca da hipótese posta em juízo, notadamente porque a sentença vergastada tratou de forma satisfatória o cerne da questão, aplicando o direito ao caso concreto, tudo em consonância com o entendimento esposado por esta e. Corte, bem como pelos Tribunais Superiores(...)"

Do exposto, dada a regularidade da decisão proferida, estando a decisão em pleno conforme com os ditames legais, **meu voto é pelo improvimento do presente Recurso de Agravo**, ratificando os termos do *decisum* ora impugnado.

É como voto.

Recife, 12 de março de 2013.


DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA
RELATOR



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco**

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

297

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 295.471-0

AGRAVANTE: MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.

AGRAVADO: WIND POWER ENERGIA S.A. (WPE)

RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

VOTO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão monocrática que negou seguimento à Apelação Cível nº 295.471--0 com fulcro no art. 557 do CPC, *caput*, mantendo a sentença vergastada incólume.

Intenta o agravante o julgamento colegiado do presente Recurso para dar seguimento a Apelação referenciada, dando-lhe provimento.

Vejamos.

Inicialmente, deixo de examinar o mérito recursal por não ser o momento oportuno para tanto.

Com efeito, o recurso em questão é oriundo de uma decisão monocrática do Exmo. Sr. Relator que negou seguimento ao recurso por entendê-lo como manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. São estas as circunstâncias que permitem que o relator negue seguimento monocrático a recurso e estão dispostas no *caput* do art. 557, do CPC.

Compulsando estes autos, verifico que o que o Eminentíssimo Relator fez, na realidade, foi adentrar-se no mérito recursal, reapreciando as provas colacionadas nos autos. Em outras palavras, o Des. Relator somente concluiu seu julgamento após analisar a conjuntura fática dos autos. Ao longo do seu voto isso fica cristalino.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

A respeito do tema, observe-se o que afirmou a Ministra Relatora Nancy Andrigli em seu voto, nos autos do REsp nº 1.261.902 – RJ (2011/0075146-2): “*não se pode dizer, nos termos do § 1º do art. 557, que o relator de um recurso, ao revisar a prova produzida nos autos, promove a aplicação de jurisprudência consolidada quanto à matéria. Jurisprudência consolidada só pode incidir sobre matéria de direito. Se é necessária reavaliação da prova, o julgamento do processo consubstancia uma atividade individual, relativa àquela controvérsia somente, não uma análise de matéria repetitiva. Vale ressaltar que não se trata de uma questão meramente formal. Garantir à parte o julgamento colegiado de sua causa nas hipóteses em que a Lei o prevê produz uma série de consequências, como por exemplo a possibilidade de reanálise do processo pelo desembargador revisor, a inclusão do processo em pauta, a faculdade de promover sustentação oral, entre outras.*”

Dessa forma, a fim de extirpar definitivamente deste Tribunal a aplicação inapropriada do art. 557 do CPC, faz-se necessário trazer à luz a conclusão dos Eminentes Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do supra referenciado Recurso Especial. Vejamos:

PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. JULGAMENTO UNIPESSOAL. LIMITES.

1. O art. 557 do CPC é regra de exceção que, por boa regra de hermenêutica, comporta interpretação restritiva. Sua finalidade é a de meramente possibilitar o julgamento mais rápido de processos, nas hipóteses de rejeição de recursos manifestamente incabíveis (caput), ou de julgamento de questões repetitivas a respeito das quais já haja jurisprudência pacificada.

2. Não se pode dizer, nos termos do §1º do art. 557, que o relator de um recurso, ao revisar a prova produzida nos autos, promove a aplicação de jurisprudência consolidada quanto à matéria. Se é necessária reavaliação da prova, o julgamento do processo consubstancia uma atividade individual, relativa àquela controvérsia somente, não uma análise de matéria repetitiva.

3. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 1261902/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

299

Observem Exmos. Desembargadores. Os Ministros integrantes daquela Turma, à unanimidade de votos, comungaram com o posicionamento da Ministra Relatora Nancy Andrichi, nos exatos termos do seu voto, dando provimento ao Recurso Especial para anular o julgamento do apelo, determinando que este fosse repetido com observância do trâmite processual adequado ao julgamento colegiado de um recurso de apelação.

Assim, é necessário dar provimento ao presente recurso para que a Apelação Cível siga seu curso normal, onde o relator apresentará o relatório, encaminhando para o revisor, se for o caso, para após incluir o processo em pauta de julgamento, como determina o Regimento Interno deste Tribunal.

Não devemos esquecer que o artigo 557, do CPC, se trata de uma norma de exceção que, por boa regra de hermenêutica, comporta interpretação restritiva.

Ante o exposto, meu voto, *data venia*, é pelo provimento do presente recurso para anular a decisão monocrática atacada e dar seguimento ao Recurso de Apelação nº 295.471-0 a fim de que este siga seu curso normal.

É como voto.

Recife/PE, 12 de maio de 2013.


Roberto da Silva Maia
Desembargador



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 19 03 2013.
APELAÇÃO Nº 286111-0 - RECIFE.
APELANTE : SÍLVIO TEIXEIRA LOBO.
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.
RELATOR : DESEMBARGADOR ROBERTO LINS.
REVISOR : DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO.

RELATÓRIO CONSTANTE DA FL. 237 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR

Senhores desembargadores;
Des. Antonio,

Eu entendo que os argumentos apresentados pelo paciente merecem ser parcialmente acolhidos.

Da análise da sentença condenatória, mais especificamente nas fls. 178/179, que tratam da dosimetria da pena, verifica-se que, de fato, o magistrado de 1º grau, analisando as circunstâncias do art. 59 do Código Penal considerou como desfavorável a que trata dos antecedentes, destacando que o apelante já havia sido condenado por outro crime de roubo, com a sentença transitada em julgado. Percebe-se que depois de fixar a pena-base, o magistrado aplicou a agravante da reincidência prevista no art. 61, I do Código Penal.

A Súmula nº 241 do STJ prescreve que a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e simultaneamente como circunstância judicial. Foi exatamente o que fez o magistrado *a quo*. Transcrevo decisões do STJ nesse sentido.

Percebe-se, portanto, que a decisão do 1º grau no tocante à dosimetria contrariou o previsto na Súmula nº 241 do STJ.

Isso posto, entendo por bem, retirada a condenação, o aumento de 01 (um) ano, em face do reconhecimento da agravante da reincidência, ficando a pena fixada em 04 (quatro) anos e 12 (doze) dias-multa, a ser cumprida em regime fechado para o cumprimento inicial da pena.

O meu voto é nesse sentido.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

E a pena-base?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (RELATOR)

Quatro anos, não é? Eu já sei onde Vossa Excelência quer chegar.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

Pois é.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (RELATOR)

Mas mesmo assim.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE E REVISOR)

Como relator, Vossa Excelência então dá provimento parcial para...
(interrompido)

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (RELATOR)

Só um segundo. A consideração do Des. Antonio Melo tem fundamento e eu quero verificar a sentença.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

É um esclarecimento antes do voto de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE E REVISOR)

Pois não.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (RELATOR)

O que ele está a dizer é que se a pena já foi aplicada em quatro anos, ela estaria no mínimo e, daí, não teria existido agravamento nenhum nas circunstâncias judiciais. É isso que eu preciso verificar, porque se assim for, ele está correto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

Pois é.

DESEMBARGADOR ROBERTO LINS (RELATOR)

É. Vossa Excelência tem razão. Mesmo reconhecendo a circunstância atenuante, genérica de confissão, ele não teria mais por que diminuir, porque já estaria no mínimo. Não é verdade? Então, o aumento decorrente da reincidência em 01 (um) ano encontra-se adequado ao caso concreto.

Então, considerando e acatando as ponderações de Vossa Excelência, que estão perfeitas ao caso concreto, eu revejo a conclusão do meu voto e mantenho incólume a sentença de 1º grau, negando provimento, evidente, à apelação.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE E REVISOR)

O douto juiz *a quo* aplicou a pena-base no mínimo legal e exasperou a pena de multa, fixou em 12 (doze) dias-multa. O meu voto estaria baixando para o mínimo também, adotando o mesmo critério da fixação da pena-base para 10 (dez) dias-multa.

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

A circunstância agravante da reincidência que levou em conjunto esses dois dias a mais da pena de multa. É como disse, houve um equívoco do Des. Roberto que eu observei da leitura e ele observou que, de fato, o juiz não tinha elevado por duas vezes a reincidente, naturalmente, a pena de multa teve um pequeno acréscimo porquanto de um ano a mais. Não há nenhuma irregularidade, na minha ótica.

DESEMBARGADOR LEOPOLDO RAPOSO (PRESIDENTE E RELATOR)

É. Ele fixou em 12 (doze) dias-multa por conta da reincidência. Eu acompanho o relator.

Peço voto de Vossa Excelência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANTONIO MELO

Com Sua Excelência o relator no sentido de manter a sentença em sua integralidade, acompanhado por Vossa Excelência, eu voto acompanhando a turma.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
